

MAILSON DA NÓBREGA \*

Um grave manifesto ao presidente da República apareceu em Brasília na última sexta-feira. Atribuído a militares reformados do Grupo Guararapes, o texto é uma reação às decisões que a Câmara e o Supremo tomaram em causa própria sobre seus salários. Apesar de sua origem, e de conter uma proposta de golpe de Estado, o manifesto recebeu atenção pífia por parte da mídia, numa demonstração da inexistência de condições para uma ruptura institucional.

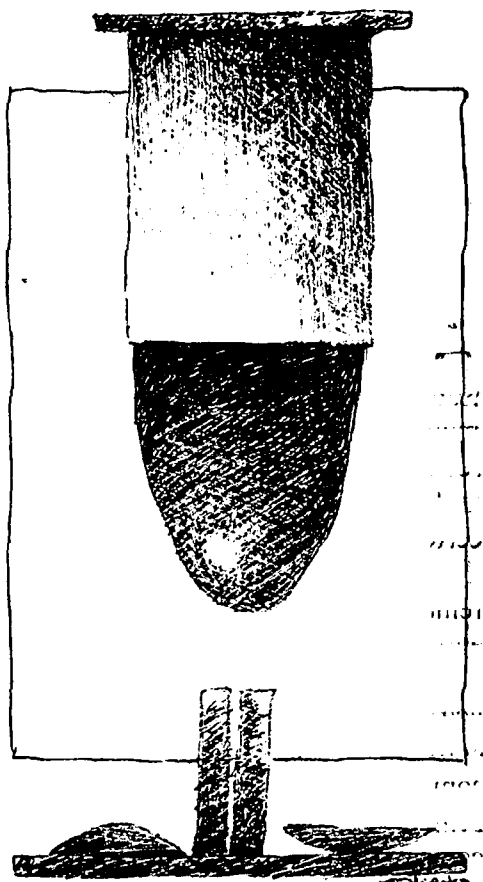
O manifesto é cheio de equívocos. Primeiro, faz uma ameaça fora de moda no seu encerramento: "Estamos vivos!" Segundo, solicita ao presidente "denunciar à Nação a falência da representação popular e da Justiça", como se isso fosse possível num regime democrático. Terceiro, sem apoio de tanques sugere o fechamento do Congresso. Quarto, propõe o mesmo para as assembleias legislativas e todos os tribunais, violência jamais imaginada em golpes militares no Brasil. Quinto, pede a substituição arbitrária dos juizes do STF por outros "que já demonstraram honradez no cumprimento do dever".

É provável que essas idéias contem com apoio de segmentos da população. Existe evidente repulsa em relação à maneira como parte dos políticos e juizes se comporta, especialmente em face dos notórios casos de corrupção e corporativismo. São certamente muitos os que gostariam de uma punição autoritária para os que desonram o mandato e o cargo público. Mas isso não justifica qualquer das propostas. O Brasil e o mundo mudaram.

Para não serem acusados de tentativa de tomada do poder, os militares sugerem eleições em 60 dias, proibindo-se de participar "os atuais membros e seus suplentes e todo aquele que estiver envolvido em processo de corrupção, estelionato e falta de decoro". Ainda que fosse viável, a medida não produziria qualquer melhoria no Congresso. Sua incapacidade de atender as demandas da sociedade e de realizar a necessária reforma da Constituição não é decorrência exclusiva da incompetência, indignidade e desonestidade de muitos de seus atuais integrantes. A substituição não impediria a eleição de outros políticos despreparados ou comprometidos apenas com suas paróquias e seus interesses pessoais.

O que gera um Congresso acanhado para a dimensão e a complexidade dos nossos problemas não é a qualidade individual de seus membros. O patrimonialismo, o corporativismo, o clientelismo e todos os demais "ismos" negativos do parlamento brasileiro derivam da baixa institucionalização do sistema político. É consequência do permissivismo da lei eleitoral, da resultante fragmentação partidária e do desequilíbrio de representação entre os estados.

Os partidos brasileiros, invertebrados, não possuem disciplina nem mecanismos de fidelidade a programas. Cada parlamentar vota de acordo com sua visão pessoal, o que pode levar à anarquia e impossibilita a formação de maiorias estáveis para gover-



nar. Não temos partidos políticos modernos, mas ajuntamentos semelhantes aos partidos de "notáveis", denominação de Bobbio para as agremiações partidárias europeias do século 19. São impróprios para uma sociedade complexa e de alta participação como a nossa.

Cassar os parlamentares e eleger novos não melhoraria nem o sistema político nem a nossa obsoleta organização partidária. Poderia até mesmo piorá-los com a perda de bons congressistas e a escolha de outros sem tradição nos assuntos de governo. A proposta é descabida, ainda que boa parte dos nossos representantes, alcunhados de picaretas, gazeteiros e fisiologistas, contribua para o clima de revolta que se generaliza.

A solução para as calamidades do Congresso não é a ruptura institucional mas mudanças organizacionais no sistema político. Requer o voto distrital, por sua superioridade no fortalecimento dos partidos, ou a correção do atual sistema proporcional, neste caso com o voto no partido, à base de listas fechadas. Não é a mais possível manter um processo eleitoral inadequado para nossa situação, que se agrava com o voto personificado.

É preciso assegurar eficiência decisória e governabilidade ao sistema político brasileiro. Precisamos estabelecer regras robustas sobre disciplina e fidelidade nos partidos e enfrentar a questão do desequilíbrio das bancadas por estado. A proposta dos militares é apenas um grito de ódio à sua moda. É uma saída antidemocrática. Ao imaginar resolver intrincadas questões políticas e culturais abrindo e fechando o Congresso, nada mais representa do que uma tremenda ingenuidade.

\* Ex-ministro da Fazenda, é socio-diretor da MCM Consultores Associados.